



**ROSA APARECIDA PEREIRA**

**CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA PARA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**LAVRAS - MG  
2019**

**ROSA APARECIDA PEREIRA**

**CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do Curso de Pedagogia, para a  
obtenção do título de Licenciado.

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ellen Gonzaga Lima Souza  
Orientadora

**LAVRAS- MG  
2019**

**ROSA APARECIDA PEREIRA**

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CONTRIBUTIONS FROM CHILDHOOD SOCIOLOGY TO CHILD EDUCATION

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do Curso de Pedagogia, para a  
obtenção do título de Licenciado.

Aprovado em 07 de junho de 2019

Dra. Francine de Paulo Martins Lima-UFLA  
Dr. Flávio Santiago-UNICAMP  
M.<sup>a</sup>. Michelle Júlia de Souza- UFLA

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ellen Gonzaga Lima Souza  
Orientadora

**LAVRAS - MG  
2019**

Dedico este trabalho, a Maria e Antônio, meus queridos pais, meu exemplo e minha inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me acompanhar e me fortalecer nesse percurso.

A Universidade Federal de Lavras, especialmente ao Departamento de Educação.

A meus pais, pela vida, pelo amor e por todos os ensinamentos que me constituíram como a pessoa que sou.

A meus irmãos (as), e a toda minha família pelo apoio, carinho e compreensão.

A meus queridos (as) amigos (as), aos antigos (as) e aos novos (as), que fiz durante essa caminhada.

Aos professores (as) e aos colegas de curso que durante quatro anos e meio, compartilharam comigo as dores e as delícias da vida acadêmica.

A minha orientadora Ellen, pelo apoio e ajuda na concretização deste trabalho.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para essa conquista.

Minha sincera gratidão!

*“É preciso então devolver à escola o tempo infantil que lhe foi roubado. O tempo pelo Próprio tempo, o tempo da brincadeira séria, aquele que encontra sentido no próprio brincar. O tempo do presente, do estar presente, inteiramente, no que se faz, na vida que se vive: como uma criança que brinca. Trata-se de uma simples inversão: em vez de pensarmos em escolarizar cada dia mais a infância e a educação infantil, bem que poderíamos infantilizar a escola e a educação fundamental.”*

*(Walter Kohan)*

## RESUMO

A concepção de criança e de infância se constituiu histórica e socialmente através dos tempos, sendo uma invenção da modernidade. No Brasil, a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos a partir da Constituição Federal de 1988, que estabelece como dever da família, da sociedade, e do Estado, assegurar à criança o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura dentre outros direitos. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a criança passa a ser uma preocupação da área da Educação e da Pedagogia, e a Educação Infantil é apresentada como a primeira etapa da educação básica. Partindo destes pressupostos, apresenta-se as questões discutidas pela Sociologia da Infância, um campo novo de pesquisas que vem se desenvolvendo nas últimas décadas no Brasil, e que traz grandes contribuições para a construção de novas concepções das crianças e das infâncias. A Sociologia da Infância realiza pesquisas com as crianças, e não somente sobre as crianças, tornando-as atores sociais. Desta maneira buscou-se analisar as possíveis contribuições da Sociologia da Infância para Educação Infantil. No desenvolvimento deste trabalho pretendeu-se responder questões tais como, se as instituições de Educação Infantil possuem a percepção da criança e das infâncias como objetos históricos e construídos ao longo do tempo e como são produzidas as culturas infantis dentro e fora da escola. Utilizando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, os resultados deste trabalho são apresentados de forma qualitativa, uma vez que, a realidade social ocorre de forma dinâmica individual e coletiva, de modo tão amplo e diverso que os códigos da ciência não conseguem contê-la em sua totalidade. Concluiu-se que, para além da Educação Infantil, a Sociologia da Infância pode trazer contribuições na melhoria da condição de vida das crianças de uma forma mais ampla, uma vez que, na contemporaneidade as infâncias são perpassadas por diversas questões como: raça, classe social, gênero, trabalho infantil, violência dentre outros temas, os quais a Sociologia da Infância também faz abordagens em seus estudos.

**Palavras-chave:** Crianças. Infâncias. Sociologia da Infância. Culturas infantis. Práticas pedagógicas na Educação Infantil.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>As crianças e as infâncias que atravessam os tempos.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1.2</b>	<b>A história da criança no Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>A Sociologia e seu novo olhar para a criança.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2.1</b>	<b>A Sociologia da Infância e suas abordagens de estudo.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2.1.2</b>	<b>As metodologias de pesquisa utilizadas na Sociologia da Infância.....</b>	<b>28</b>
<b>2.3</b>	<b>As culturas infantis.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4</b>	<b>A instituição de Educação Infantil e a perspectiva de novas práticas para a educação das crianças.....</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso intitulado contribuições da Sociologia da Infância para Educação Infantil, surge a partir do interesse de um aprofundamento dos estudos feitos nas disciplinas do 5ª período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras como: Fundamentos da Educação Infantil, Linguagens na Educação Infantil: arte, mídia e corpo e também do estágio na Educação Infantil realizado no 6º período do mesmo curso.

As discussões de questões como, a subjetividade das crianças e as infâncias, a reflexão dessas denominações no plural, pois não existe um único padrão de criança ou uma única forma de vivenciar a infância, considerando-se que estes são conceitos cultural e socialmente construídos (ABRAMOWICZ E MORUZZI, 2010). Essas questões chamaram a atenção para a necessidade de discussões sobre as práticas pedagógicas realizadas nas instituições de ensino de Educação Infantil, e também da fundamental importância de uma formação docente ampla e de qualidade para educação de crianças.

A instituição de Educação Infantil e os profissionais que atuam nela possuem uma concepção da criança e da infância como objetos históricos e socialmente construídos? Nessa perspectiva, pensou-se no desenvolvimento de uma pesquisa que abordasse esta e outras questões a partir das teorias da Sociologia da Infância.

A Sociologia da Infância prevê o protagonismo das crianças na pesquisa, propondo pesquisas com as crianças e não sobre as crianças, por isso conhecer este referencial possibilita a construção de práticas pedagógicas que considerem as crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura.

Este trabalho tem como principal objetivo, analisar a partir da pesquisa bibliográfica, como a Sociologia da Infância contribui no campo da Educação Infantil. Buscando também em seu desenvolvimento debruçar-se sobre questões como:

- Entender a criança como sujeito histórico e social;
- Compreender como se dá a produção das culturas infantis, e como estas se relacionam com a cultura adulta;
- Caracterizar a instituição de Educação Infantil e os processos de ensino/aprendizagem nesse espaço.

Sendo assim, acredita-se que a reflexão de práticas mais significativas na Educação Infantil a partir das concepções da Sociologia da Infância, possa contribuir na formação docen-

te, que deve sempre estar pautada no pensar e repensar da prática pedagógica. Pode também trazer contribuições sociais, ao apresentar a criança como ator social, que ao se relacionar com seus pares e com os adultos cria cultura e nessas relações vividas fora e dentro do contexto do cotidiano educacional se constitui enquanto indivíduo, contribuindo de forma efetiva para as transformações da sociedade.

O trabalho foi organizado de forma a apresentar em sua seção inicial, o contexto histórico da concepção da criança e das infâncias, a fim de compreender como se deu sua construção social através dos tempos, utilizando os estudos do historiador Philippe Ariès no contexto europeu da Idade Média, sem, contudo esquecer outras infâncias, de outros locais. Neste capítulo as infâncias brasileiras se apresentam marcadas pelo abandono, pelo descaso e, pela violência que sempre foram tratadas e ainda são.

A Sociologia da Infância é apresentada na seção seguinte, com a descoberta de uma nova infância, a partir de um novo olhar para a criança, que passa a ter voz e ser sujeito participante na construção da sociedade. Destacando-se também, as diferentes abordagens dos estudos da infância e as metodologias de pesquisa desse novo campo de estudos.

As culturas infantis aparecem na seção em que se discute a maneira como as crianças criam e compartilham cultura com os adultos e entre si, essa perspectiva reforça a ideia do papel de sujeito ativo da criança na sociedade.

Na última seção, apresenta-se a organização histórica das instituições de Educação Infantil, desenvolvendo-se em reflexões sobre as práticas pedagógicas realizadas na Educação Infantil, na qual a Sociologia da Infância aponta um caminho para novas experiências na educação das crianças.

Ao final do trabalho apresenta-se a metodologia utilizada, a pesquisa bibliográfica, com pesquisas realizadas nos bancos de dados da Scielo e Capes e por meio de livros de autores que discutem a temática das infâncias, os resultados obtidos por meio da pesquisa, são apresentados de forma qualitativa. Concluindo-se o trabalho são apresentadas algumas considerações sobre as principais questões discutidas.

Não se propõe aqui, fórmulas mágicas ou soluções instantâneas para a Educação Infantil, nem mesmo o esgotamento das discussões sobre este tema. A proposta deste trabalho é o despertar de um interesse para a reflexão de novas experiências pedagógicas para essa etapa da Educação Básica, partindo dos estudos da sociologia da Infância.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As crianças e as infâncias que atravessam os tempos

A imagem da criança que temos hoje, não é a mesma do passado, a concepção de infância é algo que se modificou e se afirmou historicamente com o passar do tempo, sendo uma construção social.

É indispensável ao estudarmos qualquer fato ou fenômeno, buscarmos sua história, sua origem, situando o em um tempo e um lugar. Enquanto educadores/as da Educação Infantil é de fundamental importância compreendermos a criança como ser social, histórico e plural, para que possamos refletir sobre nossas práticas pedagógicas, e para que essas possam ser mais significativas tanto para nós, quanto para os educandos/as.

Abramowicz et al. (2010) nos lembra que diferentemente da Biologia que apresenta sempre a criança no singular, pois a entende como uma unidade biológica com determinadas características idênticas e universais para qualquer lugar e tempo, a Sociologia adota os termos crianças e infâncias, no plural, pois entende que há uma multiplicidade de possibilidades de crianças e infâncias no mundo, que possuem características específicas de acordo com o país onde vivem, sua raça, sua condição social e gênero a que pertencem.

Inicia-se então a abordagem sobre este tema, a partir de algumas definições dos termos criança e infância: nos dicionários da língua portuguesa a palavra criança é definida como a fase do desenvolvimento humano da infância, que vai do nascimento à puberdade. Buscando a origem etimológica da palavra infância encontramos sua derivação no latim, a palavra, *infans*, que denominava um indivíduo de pouca idade, *fari* se refere a falar, e *in* é um prefixo de negação, sendo assim, a palavra infância etimologicamente significa a ausência de fala, a criança então se apresenta como sujeito sem fala e incapaz. No Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seu artigo 2º, a criança é apresentada como a pessoa até doze anos incompletos, diferenciando-se do adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade. Entende-se, portanto, a infância como a condição social de ser criança, o que contribui tanto para a melhoria dessa condição, como para a constituição do sujeito dessa faixa etária (FARIA et al; 2009).

Cabe aqui a reflexão de Kuhlmann Jr., referente ao fato de a maioria das fontes e pesquisas sobre as crianças serem produzidas por adultos. “A criança não escreve sua própria história. A história da criança é uma história sobre a criança” (KUHLMANN JR., 2015, p.30).

Começamos então os estudos sobre as crianças e as infâncias, buscando compreender como a criança sujeito sem voz, se torna produtora de cultura, ator social de voz e expressão.

Em seu livro, “História social da criança e da família”, Philippe Ariès, nos fala da representação da criança por meio da arte medieval do século XII, em menção a um desconhecimento da infância, em análise da maioria das obras de arte como, quadros, esculturas e livros da época, a criança era representada como um adulto em miniatura sem nenhum traço que remetesse à infância, exceto pelo tamanho que as distinguiu dos adultos. Para Ariès (2011) os homens dos séculos X-XI não mantinham uma imagem da infância, levando a pensar que no domínio da vida real e não somente no de uma transposição estética, a infância era um tempo de transição, ultrapassado, do qual a lembrança seria logo perdida.

Em seus relatos sobre a infância Ariès (2011) afirma que a criança não estava ausente no período da Idade Média, tendo sua maior representação a partir do século XIII, o que não havia era a representação da criança de uma forma real, com esta se apresentava em determinado momento de sua vida. Mas havia segundo o autor um sentimento de ausência da infância, ou seja, o sentimento da infância não significa ter afeição pelas crianças, mas sim, possuir uma consciência da particularidade desse período, que distingue a criança do adulto, essa consciência de acordo com Ariès não existia, desde modo, logo que a criança pudesse viver sem a ajuda de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na vida social dos adultos, não se diferenciando mais destes.

Nessa época, a população possuía muitos filhos e devido a fatores como, a falta de higiene e vacinas, havia uma alta mortalidade das crianças, de acordo com Ariès (2011), não poderia haver um grande apego a algo que seria uma perda eventual. Ainda de acordo com o autor, não se pensava como na atualidade que a criança já possuísse a personalidade de um homem, a indiferença com relação à infância é atribuída então, a fatores das condições demográficas da época.

Outro fato apontado por Ariès que justificaria um não reconhecimento das características da infância são os trajes das crianças que não se diferenciavam dos adultos “assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição” (ARIÈS, 2011, p.32).

No século XV surgem duas novas maneiras de representação da criança o retrato e o putto, esta última se refere à representação da criança nua.

Chegamos então ao século XVII onde há um aumento do número de retratos de crianças, segundo Ariès (2011), a criança neste período era representada sozinha e por ela mesma, uma grande novidade para a época. Assim então, Ariès afirma que a descoberta da infância começou no século XIII e sua evolução pode ser acompanhada por meio da história da arte e

da iconografia dos séculos XV e XVI, mas só a partir do século XVII ocorre um efetivo desenvolvimento de uma nova percepção sobre a criança e, por conseguinte da infância.

A obra de Ariès também apresenta registros das brincadeiras realizadas pelas crianças no início do século XVII representadas por meio da iconografia, brincadeiras com objetos como, cavalo de pau, cata-vento e bonecas que era um brinquedo comum a meninos e meninas, faziam parte do cotidiano da infância da época. Essas brincadeiras só se distinguiam na primeira infância, depois dos três ou quatro anos elas se atenuavam e desapareciam. Após essa idade, a criança participava dos mesmos jogos e brincadeiras dos adultos, quer seja entre elas próprias ou misturadas aos adultos. De acordo com Ariès (2011), os jogos na antiguidade não eram uma atividade exclusiva das crianças, para, além disso, representavam um dos principais meios que a sociedade possuía para estreitar seus laços coletivos e para fortalecer sua união.

Um novo sentimento de infância começa a surgir de acordo com Ariès (2011), principalmente a partir do século XVII, as pessoas começam a escolher jogos que sejam adequados as crianças evitando aqueles considerados maus ou imorais, surge o hábito de confiar às crianças uma função especial em festas típicas e começa-se a se pensar em uma literatura pedagógica infantil distinta dos livros para adultos. Surge então o que Ariès denomina de “paparição” da criança, na qual esta torna-se uma fonte de distração e relaxamento para o adulto por seus atributos de ingenuidade, gentileza e graça, em oposição a esse sentimento de paparição surge uma atitude de moralização, que prega a infância como um período de imaturidade onde às crianças precisam ser treinadas e disciplinadas.

Para Ariès (2011), duas instituições retiraram a criança da sociedade adulta, a escola que confinou a infância em um regime disciplinar rigoroso por meio do internato e a família que privou a criança da liberdade que esta desfrutava entre os adultos.

Contudo, é preciso ressaltar que existem alguns autores que discordam do trabalho de Ariès, apresentando outros aspectos da infância em outros locais e circunstâncias, e para não se correr o risco de ouvirmos apenas uma única história, busquemos outras, que nos ajudem a compreender a representação das crianças e das infâncias que atravessam os tempos.

Ao se buscar outras referências trago Pollock (1983) citada por Corsaro (2011), que ao analisar diários britânicos e americanos, autobiografias, e outras fontes relacionadas para além de pinturas, panfletos filosóficos, e religiosos dos séculos XV ao XIX, verificou que a maioria das crianças eram desejadas e que as fases do desenvolvimento como, o desmame e o nascimento dos dentes dessas, despertava preocupação e ainda havia ansiedade e sofrimento dos pais com a doença e a morte de seus filhos. Acrescenta-se ainda de acordo com a autora, o

fato das relações entre pais e filhos serem próximas, nas quais os pais influenciavam os filhos e esses também tinham influência em seus pais.

Para Kuhlmann Jr. (2015), a visão linear do desenvolvimento histórico de Ariès ganha um aspecto ainda mais impreciso quando se pensa em outros contextos, citando como exemplo o Brasil do final do século XIX, onde estudos apontam para um despertar do sentimento de infância em contraposição a França que vivenciou este aspecto de acordo com Ariès no século XVII. Como se vê, a infância e a criança não são objetos estáveis e suas concepções e formas de ser, não ocorreram da mesma maneira em todos os lugares e épocas.

### **2.1.2 A história da criança no Brasil**

De acordo com Priore (2004), alguns fatores como a pobreza e a falta de escolarização da criança brasileira ao longo de sua história, fazem com que não possamos tomar como referência as teses europeias sobre a infância, uma vez que a realidade apresentada para e sobre as nossas crianças é outra. Para Priore (2004), um fato importante difere a realidade da criança brasileira da estrangeira, é o de que a história de nossos/as pequenos/as não se distingue da dos adultos, mas ela ocorre a sua sombra. Entre pais, mestres, senhores e patrões as crianças brasileiras submeteram-se à violência, às humilhações, à força, mas também foram acolhidas pela ternura de sentimentos familiares, onde as instituições, a legislação e o próprio sistema econômico, fizeram com que as crianças se tornassem precocemente gente grande.

No século XVI homens, algumas poucas mulheres, e crianças, vieram para a recém “descoberta” terra, futuramente denominada de Brasil, nas embarcações lusitanas. De acordo com Ramos:

As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pagens, como órfãos do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente. (RAMOS, 2004, p.19).

Começa assim então a saga das crianças no Brasil, que segue seu curso com a chegada da Companhia de Jesus em 1549 liderada pelo padre Manuel da Nóbrega. Chambouteyron (2004), nos fala que nessa época a infância estava sendo descoberta na Europa, fruto da transformação nas relações sociais o que conduzia para o nascimento de novas formas de afetividade e a afirmação do sentimento da infância, no qual a Igreja e o Estado tiveram um papel fundamental. Assim, a Companhia de Jesus escolhe as crianças indígenas para realizar seu trabalho de formar jovens nas letras e nas virtudes, para que estes os propagassem eles mes-

mos entre os demais, os valores defendidos pela companhia. Ressaltado por Chambouteyron (2004), o fato de que a Companhia de Jesus teria nascido na primeira metade do século XVI como ordem missionária, aos poucos se tornou também uma ordem docente. Nas aldeias havia escolas nas quais os padres aliavam o ensino da doutrina ao aprendizado do ler, escrever e contar. Os missionários não eram obrigados à docência o que leva a crer que a catequese aliada ao ensino das crianças indígenas foi de acordo com Chambouteyron (2004), uma opção da evangelização no Brasil.

Deste modo, foi construindo-se uma política em relação às crianças que ao longo do século XVI sofreu ainda importantes transformações. “Meúdos”, “ingênuos” e “infantes”, eram expressões referentes à criança, descritas nos documentos que relatavam a vida social na América portuguesa do século XVI ao XVIII de acordo com Priore (2004). No Brasil do mesmo período, a criança livre era alimentada por sua ama-de-leite negra, cercada de superstições e paparicos da família. Essa grande afetividade com a criança era vista por alguns moralistas como algo negativo na criação dos filhos, para estes a boa educação estaria ligada a castigos físicos e palmadas.

O castigo físico em crianças foi introduzido no Brasil colonial segundo Priore (2004), no século XVI pelos padres jesuítas, que relacionavam tal ato a uma forma de amor, em repúdio ao exagero de mimos que faria mal aos filhos. Ainda segundo Priore (2004), a partir da segunda metade do século XVIII, com o estabelecimento das Aulas Régias, a palmatória tornou-se o principal instrumento de correção das crianças.

Em 1755 como afirmado por Rizzini e Pilotti (2011), as disputas de poder na Corte de Portugal levaram os padres a perderem seu poder político e material nas missões indígenas no Brasil, essa iniciativa foi organizada pelo Marquês de Pombal, Ministro do Rei português, este fato ocasionou a expulsão dos jesuítas e a proibição da escravização dos povos indígenas.

Contudo, a exploração das terras brasileiras pelos colonos portugueses continuou, sem poder contar com o trabalho dos indígenas, passaram então a explorar a mão-de-obra escrava vinda da África. Para Rizzini e Pilotti (2011), era mais vantajoso financeiramente para os donos de terras, importar um escravo que criar e manter uma criança, pois com um ano de trabalho, o escravo pagava seu preço de compra.

Segundo Leite (2009), os filhos dos escravos eram criados com os dos senhores, tornando-se companheiros de folguedos e amigos e estabeleciam uma relação de familiaridade, que terminaria quando chegasse a idade em que um devesse dar ordens e viver à vontade, enquanto o outro teria de trabalhar e obedecer.

A Lei do Ventre Livre promulgada em 1871 considerava livre toda criança nascida de mulher escravizada a partir da data de aprovação desta lei. No entanto, tal lei não garantiu na prática a liberdade das crianças escravizadas, uma vez que, seus pais não tiveram direito a liberdade, que ocorreria somente em 1888, com a abolição total da escravatura, assim sendo, como relata Rizzini e Pilotti (2011), a criança escravizada continuou nas mãos dos senhores, que poderiam mantê-la até os 14 anos, podendo então, ressarcir-se dos seus gastos com ela de duas formas: mantendo-a trabalhando até os 21 anos, ou entregando-a ao Estado, mediante indenização, na maioria dos casos os senhores optavam por ficar com a criança.

Ressalta-se ainda que, as crianças escravizadas morriam com grande frequência, devido às condições precárias em quem viviam e principalmente pelo fato de suas mães serem alugadas como amas-de-leite, e amentarem várias outras crianças.

O abandono de crianças escravizadas ou não, era uma prática frequente até meados do século XIX, como afirmado por Rizzini e Pilotti (2011), desde 1521 coube às Câmaras Municipais cuidar das crianças abandonadas em cumprimento às ordens de D.Manuel, para isso poderiam criar impostos que ajudariam na assistência dos menores. Fatores como, filhos nascidos fora do casamento e a pobreza das famílias, levavam ao abandono de crianças em locais públicos, nas igrejas e nas portas das casas. Para solucionar o problema do abandono de crianças foram tomadas as medidas de recolhimento de esmolos e o recolhimento dos expostos em asilos.

Desta forma surge no Brasil a roda dos expostos, que de acordo com Marcilio (2009), foi uma das instituições brasileiras de maior longevidade, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia perpassou pelo período imperial e pela República sendo extinta definitivamente na década de 1950. Ressalta-se que, essa instituição cumpriu um importante papel, sendo por quase um século e meio praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil.

Marcilio (2009) descreve o funcionamento da roda dos expostos da seguinte forma:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha enjeitada. A seguir ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado. (MARCILIO, 2009, p.57).



A roda dos expostos foi um fenômeno essencialmente urbano e pontual e como lembrado por Marcilio (2009), contribuiu para que se evitasse o aborto e o infanticídio do período. Alguns autores acreditam também, que a roda serviu como instrumento de regulação do controle de natalidade das famílias, uma vez que, não havia métodos eficazes para tal finalidade na época.

A partir dos anos de 1830 o caráter de assistência ao menor vai rapidamente deixando de ser uma ação descentralizada e em mãos das municipalidades e de confrarias de leigos. Assim de acordo com Marcilio (2009), as províncias vão sendo forçadas a custear essa assistência e a contratar os serviços das Santas Casas ou das ordens religiosas femininas para cuidar das crianças abrigadas nas casas de expostos. Os esforços para extinguir as rodas no país foi um movimento que contou com a adesão dos juristas, que começavam a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para reparar um problema que começava a perturbar a sociedade da época: a adolescência infratora (MARCILIO, 2009).

Mas só a partir dos anos de 1960, houve de fato uma mudança de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada. Começava nesse período como relatado por Marcilio (2009), a fase do Estado do Bem-estar, houve a criação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) em 1964, seguida da instalação em vários estados das FEBEMs (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor). Somente com a Constituição Cidadã de 1988, são inseridos em nossa sociedade, os Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela ONU nos anos de 1950. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a LOAS (1993), fazem com que o Estado assumira de vez sua responsabilidade sobre a assistência à infância e à adolescência abandonadas, tornando estes, sujeitos de direitos pela primeira vez na sociedade brasileira.

Portanto, a partir de toda a trajetória da criança no Brasil, percebe-se que as infâncias brasileiras são marcadas pelo abandono, pelo descaso, e, sobretudo pela violência. Ressalta-se a importância de reconhecer a criança como sujeito histórico, de como esse conceito se formou ao longo dos tempos, lembrando que nem sempre a criança e as infâncias foram reconhecidas, sendo estes, conceitos da modernidade. A Sociologia da Infância pode contribuir para um novo paradigma da infância, ao apresentar a criança como sujeito histórico e de especificidades.

## 2.2 A Sociologia e seu novo olhar para a criança

As crianças nunca foram um tema ausente da Sociologia, no entanto, Sarmento (2009) ressalta que a criança como objeto sociológico e a consideração da infância como categoria social começou a se desenvolver no final do século XX e mais significativamente a partir do início da década de 90. Ressalta-se que, a análise da infância como categoria sociológica do tipo geracional é um fato recente, denominada de nova sociologia da infância. Desta maneira, é a partir dos estudos da Sociologia da infância, que a criança assume seu papel de protagonismo na sociedade, sendo considerada sujeito social de especificidades, podendo contar e escrever a partir de então, sua própria história que, sempre foi escrita por adultos sem a sua participação.

Atualmente percebe-se um crescente interesse no estudo sociológico das crianças e da infância, segundo Qvortrup (1993 citado por CORSARO,2011, p.17-18) “as crianças foram marginalizadas na sociologia devido a sua posição subordinada nas sociedades e às concepções teóricas de infância e socialização”, ainda de acordo com Corsaro (2011), as crianças são sempre vistas pelos adultos em uma perspectiva de futuro, do que se tornarão e não se considera o que são no presente, sujeitos com necessidades e desejos, esta visão de um devir a ser da criança, provocou uma não preocupação com essa fase da vida, a concepção de infância foi algo que se constituiu e se transformou ao longo do tempo.

Sarmento e Gouvea (2009), ressaltam que no processo histórico de caracterizam da criança pelas ciências, esta foi tomada na maioria das vezes como um objeto da psicologia do desenvolvimento, que pouco dialogou com outras ciências, tais como a sociologia, a antropologia e a história. Os autores apontam então, que tal abordagem criou uma imagem das crianças, de seres biopsicológicos, ignorando assim a percepção desses sujeitos como atores sociais possuidores e produtores de cultura.

É importante ressaltar para entendermos um pouco mais de como a Sociologia traz a tona seus estudos sobre a criança, o fato de as sociedades estarem sempre em transformação e a todo tempo surgirem novas visões e discussões sobre os mais variados temas, o interesse no estudo da infância então, é atribuído por Corsaro (2011) ao surgimento de novas ideias que reconsideram as abordagens tradicionais e teóricas sobre as crianças e a infância, citando como exemplo a consideração dos sociólogos em estudar minorias e mulheres, em que este fato chamou a atenção para as crianças, que ao contrário de outros grupos não possuem nenhum representante entre os sociólogos. Tais transformações ocasionaram um novo olhar dos sociólogos para a criança, que passa a ser vista não mais como um objeto passivo de socialização,

mas como um sujeito que participa ativamente desse processo, com voz, comportamento e atitudes que constituem uma cultura infantil.

Essa nova visão sobre a criança na sociologia também se deve a ascensão de perspectivas teóricas interpretativas e construtivistas nessa área, essas teorias segundo Corsaro (2011) quando aplicadas à sociologia da infância, afirmam que assim como os adultos, as crianças participam ativamente na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada. Essa perspectiva é oposta às teorias tradicionais que apresentam as crianças como simples consumidoras da cultura estabelecida pelos adultos.

Corsaro (2011) explicita que grande parte do estudo sociológico sobre a socialização inicial na infância, foi influenciada pelas teorias da psicologia do desenvolvimento. A criança nesse processo é considerada um indivíduo que se encontra fora da sociedade, que precisa, portanto, ser moldada e guiada por forças externas a fim de se tornar um membro ativo dessa sociedade. Essa abordagem tem como um de seus maiores representantes Emile Durkheim.

No processo de socialização existem dois modelos, o primeiro modelo é o determinista apresentado por Corsaro (2011), como a apropriação da criança pela sociedade, de forma que apropriação pode ser entendida como um processo no qual a criança é treinada para se tornar um membro competente e contribuinte dessa sociedade, a criança então é apenas um ser passivo a espera da ação de adultos para torná-la um ser capaz de viver na sociedade. No modelo determinista surgiram duas abordagens auxiliares, o modelo funcionalista no qual de acordo com Corsaro (2011) se propõe a ordem e o equilíbrio na sociedade em que as crianças são preparadas e treinadas para se enquadrarem e contribuírem com essa ordem. A segunda abordagem dentro do modelo determinista é o modelo reprodutivista apresentado por Corsaro (2011), como um modelo que aborda os conflitos e desigualdades sociais, sendo centrado nas vantagens tidas por aqueles com maior acesso aos recursos culturais, citando como exemplo os pais de grupos de classes sociais mais elevadas que podem garantir a seus filhos uma educação de maior qualidade em conceituadas instituições de ensino. Os teóricos reprodutivistas de acordo com Corsaro (2011, p.21) “apontam para um tratamento diferenciado dos indivíduos nas instituições sociais (especialmente no sistema educativo) que reflete e apoia o sistema de classes dominantes”.

Nos modelos deterministas, percebe-se uma excessiva preocupação nos resultados da socialização simplificando-se processos altamente complexos e ignorando-se a importância das crianças e da infância na sociedade.

Avançando nas discussões sobre os estudos e a representação da criança e da infância chegamos ao modelo construtivista, no qual a criança se apropria da sociedade. Nessa aborda-

gem segundo Corsaro (2011), os psicólogos do desenvolvimento passaram a ver a criança para além de um ser passivo, enxergando-a como um indivíduo que se envolve na apropriação de informações de seu ambiente para usar na organização, e na construção de sua própria interpretação do mundo.

Um dos grandes representantes do construtivismo é Jean Piaget, que em seus estudos aborda a questão, de que as crianças desde os primeiros dias da infância, interpretam, organizam e usam informações do ambiente construindo concepções (estruturas mentais) de seus mundos físicos e sociais. De acordo com Corsaro (2011), Piaget é conhecido pela afirmação de que o desenvolvimento intelectual não é simplesmente uma acumulação de fatos ou habilidades, mas uma progressão da capacidade intelectual ao longo de uma série de estágios qualitativamente distintos, tais estágios são importantes para a sociologia das crianças, pois mostram que elas percebem e organizam seus mundos de maneira qualitativamente diferente dos adultos. O ponto mais importante dos estudos de Piaget é a concepção de equilíbrio, que é a força central que impulsiona a criança ao longo das etapas de seu desenvolvimento cognitivo.

Segundo Vasconcelos (2009), outro ponto da abordagem de Piaget seria o egocentrismo da criança, em que esta seria egocêntrica e não socializada por sua dificuldade de diferenciar o seu próprio ponto de vista do dos outros, em uma atitude de individualismo que precede as relações com os outros sociais.

Outro representante do construtivismo é o psicólogo Lev Vygotsky, que se destacou por sua visão sociocultural do desenvolvimento humano. Segundo Corsaro (2011), Vygotsky acreditava que o desenvolvimento social da criança é sempre o resultado de suas ações coletivas e que essas ações ocorrem na sociedade. Dois conceitos importantes se destacam na teoria de Vygotsky, o primeiro seria a noção de internalização na qual todas as nossas habilidades psicológicas e sociais são adquiridas em primeira instância a partir de nossas interações com outras pessoas (nível interpessoal), para só depois haver uma internalização dessas ações pelo indivíduo (nível intrapessoal) (CORSARO, 2011).

O segundo conceito da teoria de Vygotsky refere-se à linguagem, atribuindo a esta a denominação de ferramenta cultural. Corsaro (2011 p.26) aborda, “Vygotsky afirma que as crianças, por meio da aquisição e utilização da linguagem, terminam por reproduzir uma cultura que contém o conhecimento das gerações.”

Ao falar sobre o desenvolvimento da criança, Vygotsky estabelece o conceito de zona de desenvolvimento proximal referindo-se a este conceito como:

a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, deter-

minado por meio da resolução de problemas sob a orientação de adultos ou em colaboração de problemas, sob a orientação de adultos ou em colaboração com colegas mais capazes (VIGOTSKY,1978 citado por CORSA-RO,2011, p.28).

Embora o construtivismo tenha trazido contribuições para o campo da pesquisa do desenvolvimento, Corsaro (2011) ressalta como algo negativo o grande enfoque dessa teoria no desenvolvimento individual, em que a criança é vista em uma perspectiva de sujeito ativo na sociedade, mas solitária. Não há uma preocupação com fatores como, a participação das crianças em eventos comunicativos, e como elas tornam-se parte das relações interpessoais e como elas reproduzem coletivamente os padrões culturais. Outra limitação da psicologia do desenvolvimento apontada por Corsaro (2011), é a grande preocupação dos teóricos com o ponto de chegada do desenvolvimento, ou o percurso da criança, tida sempre como imatura, comparada com um adulto competente.

Na atualidade há pesquisas e debates teóricos realizados por seguidores de Piaget e de teóricos do desenvolvimento sociocultural influenciados por Vygotsky, que avançam nestas questões concentrando seus estudos na agência das crianças, na infância e na importância da interação entre pares.

As concepções de socialização da criança evoluíram como o tempo e com novos estudos sobre o tema, a ideia da criança como ser passivo que precisa ser treinada para internalizar os costumes da sociedade, sendo assim considerada incapaz, é desconstruída com o desenvolvimento da Sociologia da Infância que atribui um novo status a criança. A criança passa então, a ser vista como sujeito que participa ativamente das relações sociais e das transformações da sociedade.

### **2.2.1 A Sociologia da Infância e suas abordagens de estudo**

Sarmiento (2009) nos aponta que houve uma dissociação progressiva da Sociologia da Infância de outras variantes da Sociologia como, Sociologia da Educação e a sociologia da Família, embora mantendo um diálogo com estas, a Sociologia da Infância ganha maior expressão nas últimas duas décadas com a criação de conceitos próprios e a formulação de abordagens distintas, ressaltando-se que um dos principais papéis da Sociologia da Infância é compreender a sociedade, a partir do fenômeno social da infância.

A criança na contemporaneidade traz em sua representação uma série de questões tais como as apresentadas por Sarmiento (2013), de que em nenhum outro momento seus direitos foram tão proclamados e em contradição nunca também houve tantas restrições nas condições

sociais da infância, nas quais as crianças dos países mais pobres e os grupos sociais mais empobrecidos dos países ricos, sofrem com a exploração do trabalho infantil, a fome, o tráfico de crianças, a violência urbana dentre outras questões. Observa-se também que na atualidade as crianças têm seu tempo sobrecarregado de atividades, normalmente supervisionadas por adultos. Ainda de acordo com Sarmiento (2013), existe uma restrição da circulação das crianças no espaço urbano e uma indústria cultural que as tem como público alvo, utilizando-se de jogos eletrônicos e de todo um mercado voltado para conquistá-las.

Percebe-se então, que ao se falar sobre a criança e a infância não estamos tratado de temas simples, mas sim de um tema complexo que permite diferentes olhares e recortes, mesmo se tratando do estudo de um mesmo objeto ou fenômeno, sendo assim a Sociologia da Infância apresenta diferentes abordagens sobre a temática, para compreendermos um pouco mais como se organiza essa divisão das pesquisas, apresenta-se três das principais abordagens dos estudos sociais da infância.

A primeira abordagem apresentada é a estruturalista, que segundo Sarmiento (2013), apresenta a infância como objeto social de uma categoria estrutural da sociedade. Em uma dimensão macroestrutural que procura entender como a infância se relaciona diacrônica e sincronicamente, com as outras categorias geracionais, destacando questões como, indicadores demográficos, sociais e econômicos da infância, o custo da infância e sua relação com o mercado de trabalho entre outros fatores. Ressalta-se que as crianças e suas práticas concretas não são consideradas nesta abordagem. Os recursos utilizados nesses estudos são as estatísticas, a análise de documentos (leis, normativos, relatórios e informações periciais e políticas sobre a infância). Os temas mais frequentes são as imagens históricas da infância, as políticas públicas, a demografia, a economia, as desigualdades geracionais, as desigualdades de gênero e os direitos e a cidadania.

Na abordagem estrutural darei destaque à teoria de Jens Qvortrup, este sociólogo dinamarquês apresenta a infância como categoria estrutural na sociedade, apresentando-a não em termos de desenvolvimento da criança, mas, no desenvolvimento da infância, em seus estudos formulou nove teses em uma síntese da interpretação da Sociologia da Infância, na qual apresenta a infância como um fenômeno social:

Tese1: A infância é uma forma particular e distinta de uma estrutura social da sociedade [...].

Tese 2 : A infância é, sociologicamente falando, não uma fase transitiva, mas uma categoria social permanente [...].

Tese 3: A ideia da [essência] da criança enquanto tal é problemática, dado que a infância é uma categoria histórica e intercultural [...].

Tese 4: A infância é uma parte integrante da sociedade e de sua divisão de trabalho [...].

Tese 5: As crianças são elas próprias coconstrutoras da infância e da sociedade [...].

Tese 6: A infância está em princípio exposta às mesmas forças macrosociais que a adultez (e.g. forças econômicas e institucionais), ainda que de uma forma particular[...].

Tese 7: A dependência estipulada das crianças tem consequência para a invisibilidade das crianças nas descrições históricas e sociais, bem como na sua consideração como beneficiárias do Estado-Providência [...].

Tese 8: A ideologia familialista, não a parentalidade, constitui um obstáculo contra os interesses e o bem-estar das crianças[...].

Tese 9: A infância é uma clássica categoria minoritária, dado que é sujeita a tendências marginalizadoras e paternalistas (QVORTRUP, 2001:223-232 citado por SARMENTO 2009, p.24-25).

A partir das teses de Qvortrup podemos entender como a infância possui características específicas que a diferencia na estrutura social, constituindo-se como uma categoria permanente, está exposta as mesmas circunstâncias de outras categorias estruturais, sendo as crianças as próprias coconstrutoras da infância e da sociedade. Estas questões nos permitem refletir e construir novas perspectivas sobre a criança e a infância.

De acordo com Qvortrup (2010), a infância em termos estruturais não tem um começo e um fim temporais, ou seja, embora os membros que a constituem mudem continuamente e também sua natureza e concepção variem historicamente, a infância possui características próprias que se mantem, a situando como uma categoria permanente de uma estrutura geracional:

[...]. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças (QVORTRUP,2010, p.637).

A importância dos estudos estruturais sobre a infância é atribuída por Qvortrup (2010) por ser tratar de um método adicional para o entendimento do desenvolvimento da infância e de como as crianças enquanto categoria social se apresentam quando comparadas a outras categorias geracionais. Ao serem comparadas com os idosos por exemplo, as crianças têm vantagens no domínio do uso da tecnologia, mas em contra partida, os idosos vêm tornando-se cada vez mais numerosos o que segundo Qvortrup (2010) implica em cada vez mais poder político para essa geração. Esses fatores de acordo com o sociólogo trarão mudanças no nível social e familiar, embora ainda não se saiba quais especificamente, mas é certo que “o estudo das inter-relações entre gerações enquanto categorias estruturais será indispensável para que possamos prever e possivelmente melhorar *o futuro da infância*.”(QVORTRUP,2010, p.642).

A segunda abordagem é a interpretativa, a qual entende a criança como parte de uma categoria social, a infância, de acordo com Sarmiento (2009) os estudos interpretativos apresentam as crianças como construtoras de processos de subjetivação no cenário da criação simbólica dos seus mundos de vida, onde estas estabelecem com as adultas interações que as levam a reproduzir as culturas presentes na sociedade e mais que isso, na abordagem interpretativa a criança interpreta, transforma e recria a cultura em interações com seus pares.

Os estudos interpretativos são realizados por meio da etnografia, dos estudos de caso, da análise histórica e documental, utilizando-se de metodologias participativas com crianças na escola, em centros de recolhimento e nos espaços urbanos. São temas centrais dessa abordagem de acordo com Sarmiento (2009), a desconstrução do imaginário social da infância, a ação social da infância, as crianças, as mídias e as TICs, o jogo, a cultura lúdica e o lazer.

Destaca-se nessa abordagem o sociólogo William Arnold Corsaro, que apresenta o conceito de reprodução interpretativa, no qual a criança ao contrário do que propõe o conceito de socialização, em que esta se desenvolve individualmente com a internalização dos conhecimentos e habilidades transmitidos pelos adultos, as crianças segundo Corsaro (2011), na reprodução interpretativa, criam e participam de suas próprias culturas de pares ao se relacionarem com os adultos se apropriando e selecionando informações para resolver situações em que estão envolvidas, sendo assim, elas contribuem ativamente para a produção e mudanças culturais.

Para Corsaro (2011), a reprodução interpretativa apresenta dois elementos principais, a linguagem e as rotinas culturais. De acordo com Oschs (1988 citado por CORSARO, 2011, p.32), “a língua é fundamental à participação das crianças em sua cultura como um sistema simbólico que codifica a estrutura local, social e cultural e uma ferramenta para estabelecer (isto é, manter, criar) realidades sociais e psicológicas”. O segundo elemento são as rotinas culturais que possibilitam “às crianças e a todos os atores sociais a segurança e a compreensão de pertencerem a um grupo social” (CORSARO, 2011, p.32).

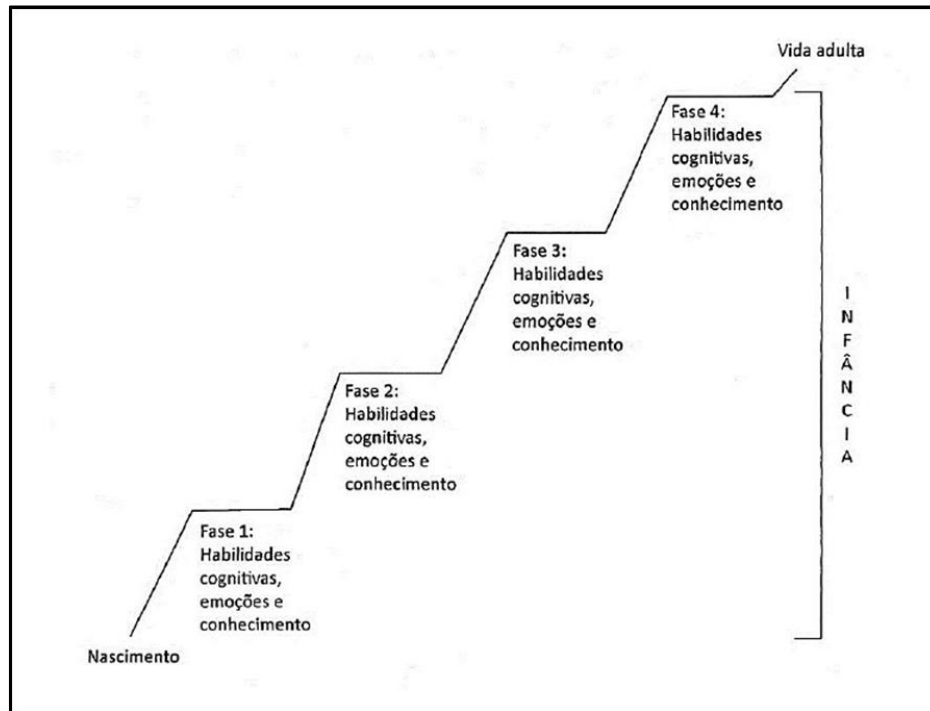
O termo reprodução é usado por Corsaro para defender a ideia de que as crianças não se restringem a internalizar a sociedade e a cultura, mas pelo contrário, elas contribuem ativamente para produção e mudanças culturais. O termo interpretativo é atribuído pelo autor aos aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade.

Para diferenciar a reprodução interpretativa de outras teorias do desenvolvimento Corsaro (2011) apresenta um modelo que representa o processo de desenvolvimento linear (Figura 1), na visão linear de acordo com o autor, há uma ideia de que a criança deva passar por um período preparatório na infância antes de chegar a ser um adulto socialmente competente, ou



seja, nessa perspectiva a infância se apresenta como um conjunto de estágios de desenvolvimento em que a criança adquire habilidades cognitivas, emoções e conhecimentos que a preparam para a adultez.

Figura 1- Modelo de desenvolvimento linear proposto por Corsaro.



Fonte: Corsaro (2011).

Para Corsaro então, a reprodução interpretativa considera a integração das crianças em suas culturas como reprodutiva, e não linear, sendo um modelo oposto a este. Desta forma na visão reprodutiva de acordo o autor, as crianças não imitam ou internalizam o mundo ao seu redor, mas interpretam e dão sentido a sua cultura ao participarem dela. Ao tentarem significar o mundo adulto, as crianças reproduzem coletivamente seus próprios mundos e as culturas de pares.

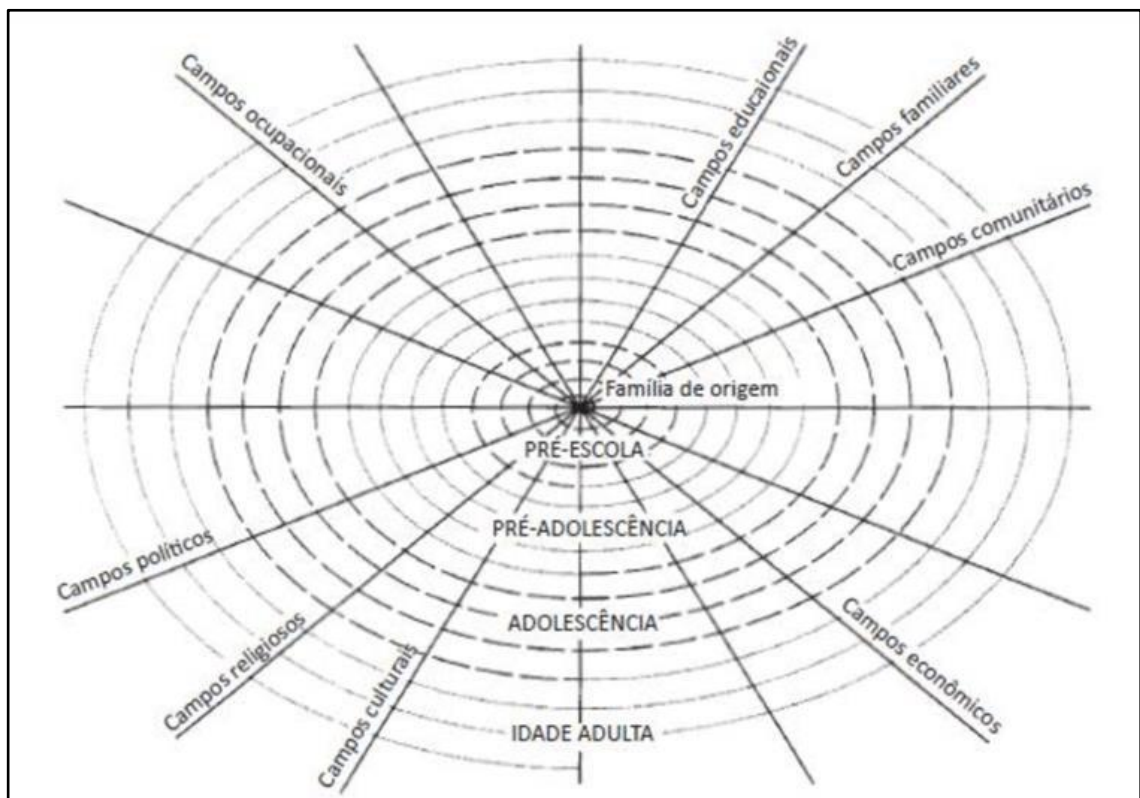
Para conceitualizar o processo de reprodução interpretativa Corsaro (2011), utiliza como exemplo o modelo de teia global (Figura 2), partindo da ideia da teia produzida por aranhas. Na teia global os raios ilustram os campos das instituições sociais onde as crianças interagem, participam e criam suas próprias culturas, são esses campos: políticos, religiosos, culturais, econômicos, comunitários, familiares, educacionais e ocupacionais.

Percebe-se que no centro da teia está a família de origem, que é o ponto de partida e a ligação da criança à todas as instituições. A família, portanto, para Corsaro se caracteriza como a forma pela qual a criança ingressa na cultura ao nascer.

As teias ou aspirais que passam sobre os raios representam de acordo com Corsaro (2011), quatro culturas de pares diferentes, criadas por diferentes gerações de crianças de uma determinada sociedade, são elas: pré-escola, pré-adolescência, adolescência e idade adulta. Sendo assim essas teias de cultura de pares são coletivamente construídas sobre o quadro de conhecimentos culturais e instituições as quais as crianças se integram e também ajudam a construir. Corsaro ressalta que essas culturas de pares não são fases que cada criança vivencia, mas são experiências que as crianças realizam a produzir e participar de suas culturas de pares incorporadas na teia as experiências vividas pelas crianças com outras pessoas durante toda sua vida. “Assim, o desenvolvimento individual é incorporado na produção coletiva de uma série de culturas de pares que, por sua vez, contribuem para a reprodução e alteração na sociedade ou na cultura mais ampla dos adultos” (CORSARO, 2011, p. 39, grifos do autor).

Esse modelo de teia pode variar entre culturas, grupos subculturais, dentro de uma mesma cultura e também ao longo de um período histórico.

Figura 2- Modelo de teia global.



Fonte: Corsaro (2011).

Uma terceira abordagem da Sociologia da Infância refere-se aos estudos de intervenção, nessa abordagem de acordo com Sarmiento (2009), a infância é entendida simultaneamente como uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma condição social, sendo a questão da infância como grupo que vive em condições especiais de exclusão social o tema central dessa abordagem.

Nos estudos de intervenção a Sociologia da Infância só poderá ser efetiva se contribuir para a emancipação social da infância. As pesquisas dessa abordagem são realizadas por meio de estudos de investigação ação ou de investigação participativa, ocorre nesses estudos a articulação do tema da infância com outros grupos como as mulheres, grupos étnicos, camadas populares, dentre outros.

Sarmiento (2009) destaca como os principais temas dessa abordagem, a dominação cultural, a dominação patriarcal e de gênero, os maus tratos à infância, as políticas para a infância, a infância e os movimentos sociais.

### **2.2.1.2 As metodologias de pesquisa utilizadas na Sociologia da Infância**

A Sociologia da Infância apresenta diferentes metodologias, que serão aplicadas de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Oliveira (2018), o estudo das crianças como atores sociais privilegia teorias mais subjetivas ou interpretativas e abordagens micro, que utilizam métodos qualitativos e metodologias participativas.

Nos métodos micro, utilizam-se entrevistas presenciais, formais e informais e pesquisas etnográficas, segundo Corsaro (2011), esses métodos são muito pertinentes para documentar os relacionamentos e culturas de pares das crianças, e principalmente para demonstrar como elas constroem sentido e contribuem para os processos de reprodução e mudanças sociais. Ainda de acordo com Corsaro (2011), os métodos micro têm grande potencial porque não se concentram sobre como as crianças se tornam adultos, uma abordagem que ocorre nas pesquisas tradicionais em socialização. Os métodos micro se concentram no que as crianças podem nos ensinar sobre suas experiências vividas e compartilhadas e suas lutas nas relações de poder com aos adultos.

Nessa abordagem darei destaque especial a pesquisa etnográfica, em função de seu caráter prolongado, o que permite ao pesquisador coletar e observar ricas experiências sobre os grupos estudados. A pesquisa etnográfica tem como principais características:

[...] a participação do pesquisador no dia a dia dos sujeitos investigados durante um longo período de tempo, observando, fazendo perguntas, valendo-

se de documentos e outras fontes de dados disponíveis, para lançar luz sobre as questões de interesse da pesquisa (HAMMERSLEY; ATKINSON, 2007 citados por OLIVEIRA, 2018, p.276).

Na pesquisa etnográfica com crianças Oliveira (2018) destaca dois desafios: a entrada em campo e a configuração da relação criança/adulto. Na entrada em campo na qual o contexto das pesquisas é geralmente em um ambiente institucional, é preciso que ocorram acordos com os responsáveis pelas instituições (diretores, coordenadores), professores, pais ou responsáveis (KONSTANTONI; KUSTATSCHER 2016, citados por OLIVEIRA, 2018, p. 277). O segundo desafio se refere ao processo de interação com a criança, uma vez que como lembrado por konstantoni e kustatscher (2016 citados por OLIVEIRA, 2018), as relações entre adultos e crianças são marcadas por ligações desiguais de poder, em que as crianças estão acostumadas ao controle dos adultos sobre suas vidas. O sociólogo William Corsaro fez grande uso da etnografia em seus estudos, tendo como foco a linguagem infantil e a interação entre as crianças, interpretando as experiências das crianças na cultura de pares.

A infância estudada como espaço social se apresenta por meio de abordagens macro, com a frequente utilização de métodos quantitativos e de métodos mistos. Embora haja o predomínio dos métodos qualitativos nas pesquisas da Sociologia da Infância, Farrel, Kagan e Tisdall (2016 citadas por OLIVEIRA, 2018, p.267) afirmam que o ideal seria que os estudos com as crianças e as infâncias se realizassem com a combinação de métodos quantitativos e qualitativos.

Os métodos de pesquisa em nível macro permitem explorar as diferentes experiências da infância e a qualidade de vida das crianças como macrofenômenos (QVORTRUP, 2000 citado por CORSARO, 2011). Esses métodos são comparativos e permitem identificar os fatores que contribuem para a diversidade da infância e da vida cotidiana das crianças. Destacam-se nessa abordagem segundo Corsaro (2011), a pesquisa demográfica em ampla escala e estudos sociais que podem levar a comparações entre comunidades, gerações, localizações geográficas e entre períodos históricos.

Nos estudos da Sociologia da Infância existem muitas discussões e discordâncias sobre como realizar pesquisas com as crianças. Uma das discussões como abordado por Oliveira (2018), é se fazer pesquisas com crianças é igual ou diferente de fazer pesquisas com adultos, e se há alguma diferença, como essas diferenças podem ser conceitualizadas. Outro questionamento é sobre a credibilidade das falas das crianças sobre suas experiências, na qual existe uma crença que as crianças mintam ,ou não consigam distinguir entre a realidade e a fantasia. Nessa questão as crianças não diferem dos adultos, uma vez que, os adultos ao participarem

de pesquisas podem mentir ou esquivar-se de determinados assuntos, por motivos tais como: vontade de agradar, medo, ou mesmo por vergonha. Na pesquisa com crianças as mentiras são menos prováveis quando se constrói uma relação de confiança entre as crianças e o pesquisador/a. Ressalta-se apenas uma diferença a desigualdade criada pela relação de poder criança/adulto pode tornar as crianças vulneráveis (PUCH 2002, citada por OLIVEIRA, 2018, p.270-271). Nas pesquisas com crianças podem ser utilizados muitos métodos como: entrevistas, levantamentos de dados em larga escala, observações, análise do discurso e de documentos, análise de conteúdo e gravações em vídeo nas observações. Como já dito, a escolha dos métodos utilizados dependerá dos objetivos e do problema de pesquisa. Assim sendo Oliveira (2018), afirma:

Quando o objetivo da pesquisa é identificar padrões gerais, regularidades e relações generalizáveis, testar teorias, verificando suas implicações e refinando o seu poder explicativo, ou ainda fazer previsões, os métodos quantitativos tendem a ser mais adequados. Já quando o objetivo é interpretar fenômenos cultural ou historicamente significativos, explorar a diversidade, dar voz ou visibilidade a grupos marginais, os métodos qualitativos mostram-se os mais apropriados (RAGIN, 1994 citado por OLIVEIRA, 2018, p.273-274).

O principal foco das pesquisas quantitativas tem sido principalmente o bem-estar e a qualidade de vida das crianças e os impactos da educação infantil na vida adulta. As pesquisas nessa área de acordo com Farrell, Kagan e Tisdall (2016 citado por OLIVEIRA, 2018, p.274) concentram resultados que indicam que as experiências vividas pelas crianças, sobretudo a educação e os cuidados da primeira infância, ocasionam impacto em suas vidas no futuro. Portanto acredita-se que os resultados obtidos nessas pesquisas possam colaborar na criação de políticas públicas e práticas voltadas para a educação de crianças.

Na pesquisa com crianças ainda podem ser utilizados métodos não tradicionais como, desenhos em situações como as apresentadas por Corsaro (2011), em que pesquisadores usam os desenhos de histórias feitos pelas crianças para entender seu cotidiano. Outra possibilidade é a participação das crianças como assistentes de pesquisa e informantes, em situações nas quais as crianças ajudam os pesquisadores adultos com entrevistas e com noções básicas sobre suas culturas e também na análise dos dados (CORSARO, 2011).

### 2.3 As culturas infantis

Ao falarmos de cultura, estamos nos referindo a um conceito que assume múltiplos significados de acordo com a perspectiva de sua análise, para Rodrigues e Abramowicz (2013), a cultura possui em sua base a ideia de que ela é um repertório simbólico de experiências materiais e imateriais da história de um grupo de pessoas, não se caracteriza como um conceito estável, pois a cultura se modifica e, portanto, seu caráter local e móvel parece ser algo próprio deste conceito.

Na Sociologia da Infância a atividade coletiva e conjunta, e a maneira como as crianças criam e compartilham cultura com os adultos e entre si, assume um papel extremamente importante quando pensamos e atribuímos às crianças o papel de sujeitos ativos na sociedade. Neste sentido Corsaro (2011), defende que as teorias sociológicas da infância devam se libertar de conceitos individualistas que apresentam o desenvolvimento social infantil, exclusivamente como a internalização isolada dos conhecimentos e habilidades do mundo adulto pela criança.

Retoma-se então, a noção de reprodução interpretativa proposta por Corsaro (2011), que apresenta as crianças como participantes e criadoras de sua própria cultura, que se apropriam de informações do mundo adulto para lidar com suas preocupações particulares, em um movimento que não consiste em simples internalização da sociedade e da cultura posta por esta, mas na contribuição efetiva das crianças na produção e em mudanças culturais.

Para Corsaro (2011), as crianças ingressam na cultura por meio da família, a família, portanto, é o elo da criança com todas as outras instituições culturais, nas quais as crianças começam a produzir e participar de uma série de culturas de pares. Assim, as crianças se apropriam criativamente das informações do mundo adulto para produzir sua própria cultura, no processo de reprodução interpretativa que segundo Corsaro (2011), permite que as crianças tornem-se integrantes da cultura adulta e contribuam para sua reprodução e extensão que ocorre por meio de negociações com os adultos e da produção das culturas de pares com outras crianças. Neste sentido é interessante perceber que as crianças contribuem e participam de duas culturas simultaneamente, a sua própria e a dos adultos.

O termo cultura de pares é muito utilizado na Sociologia da Infância, e de acordo com Corsaro (2011), o termo pares é referente à coorte ou o grupo de crianças que passa seu tempo junto quase todos os dias. A cultura de pares então, se caracteriza como um conjunto estável de atividades, rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham entre si (CORSARO, 2003; CORSARO e EDER, 1990 citados por CORSARO, 2011).

Para Corsaro (2011), as famílias possuem um papel fundamental no desenvolvimento da cultura de pares, pois, as crianças pequenas não experimentam individualmente as informações do mundo adulto, mas elas são levadas a participar das rotinas culturais pela mediação dos adultos. Desta forma, as crianças à medida que crescem se arriscam em outros espaços com a interação com diferentes orientações interpessoais e emocionais, recorrendo a recursos culturais particulares, todos decorrentes de experiências anteriores vividas em suas famílias (CORSARO, 2011). A pré- escola também é um dos espaços onde as crianças em interação com os colegas e em grupos de amigos produzem a primeira de uma série de cultura de pares, para Corsaro (2011), os conhecimentos adquiridos nas práticas da infância são gradualmente transformados em conhecimentos e habilidades necessários para a participação das crianças no mundo adulto.

No Brasil, um dos estudos pioneiros sobre as culturas infantis é o do sociólogo Florestan Fernandes, que realizou observações com crianças dos bairros da cidade de São Paulo: Bom Retiro, Lapa, Bela Vista, Brás e Pinheiros, a coleta de dados foi feita exclusivamente por meio de observações diretas sobre a vida social das crianças em grupos infantis. Este estudo foi denominado de trocinhas do Bom Retiro, por ser o principal bairro onde o sociólogo coletou os dados de sua pesquisa, referente ao folclore infantil que se relacionavam com valores do mundo adulto, tais como: afetividade, preconceito racial, classes e papéis sociais entre outras questões.

De acordo com Fernandes (2004), as trocinhas são grupos infantis formados principalmente na rua e que tem como finalidade a recreação. “As “trocinhas” estão condicionadas ao desejo de brincar- à recreação, com os demais tipos de grupos infantis” (FERNANDES, 2004, p.235). No entanto as atividades das trocinhas ultrapassam os limites da recreação, assumindo diferenças nas relações entre os membros, destes com o próprio grupo e nas relações das diversas trocinhas entre si.

Para Fernandes (2004), a cultura infantil assume o mesmo significado de folclore infantil, sendo a diferença entre ambos os conceitos bem sutil. A cultura infantil definida por Florestan Fernandes é constituída por elementos culturais quase exclusivos das crianças e caracterizados por sua natureza lúdica. Para o autor a cultura infantil possui um suporte social, que são os grupos infantis, no qual as crianças adquirem em interação, diversos elementos que compõe o folclore infantil.

As culturas infantis são, portanto, de acordo com Fernandes (2004), recriações da cultura adulta, ou seja, as crianças se apropriam da cultura adulta, elaborando uma nova cultura a partir de suas experiências em situações do cotidiano. Um exemplo citado pelo autor são as

brincadeiras de papai e mamãe nas quais a criança toma a função social do pai apresentada comumente como chefe da família em uma visão patriarcal, figura de respeito e obediência. O autor afirma então, que tal ato não é uma mera imitação, mas antes, uma aquisição das funções sociais. Este conceito de recriação da cultura adulta pela criança descrito por Florestan Fernandes, se aproxima muito do conceito de reprodução interpretativa apresentado por Corsaro.

Ressalta-se ainda, como lembrado por Santiago (2015, p.134), “que as culturas infantis não são independentes das culturas adultas, das relações de poder, das opressões e das desigualdades presentes na sociedade”. Neste sentido Corsaro (2011), também afirma que características importantes das culturas de pares surgem e são desenvolvidas como resultado das tentativas infantis de dar sentido e de resistir ao mundo adulto.

As culturas infantis se apresentam então como um importante elemento dos estudos da Sociologia da Infância, nos permitindo compreender como as crianças estabelecem em suas relações com seus pares uma cultura própria, que não ocorre de forma independente da cultura adulta, mas se relaciona com esta, dando a um novo significado. As culturas infantis se estabelecem em diversos espaços, nas relações familiares, na escola, na rua, ou seja, em todos os espaços onde as crianças estão presentes. Assim, se reafirma mais uma vez a participação ativa das crianças na sociedade, elas estão presentes em vários espaços, ocupando-os com comportamentos específicos que caracterizam esta fase do desenvolvimento, com uma cultura própria que é criada junto a relações de poder estabelecidas com os adultos, em que elas demonstram sua forma de (r) existir no mundo.

#### **2.4 A instituição de Educação Infantil e a perspectiva de novas práticas para a educação das crianças**

Pensar sobre uma nova concepção de criança nos leva também ao questionamento da necessidade de uma nova instituição de ensino para crianças e por consequência, uma nova concepção de professor e professora. Em um mundo adultocêntrico, olhar para o mundo com as perspectivas de uma criança é com certeza um grande desafio, que vem aos poucos sendo superado com o desenvolvimento dos estudos sobre a criança e as infâncias.

De acordo com Nunes e Kramer (2013), as práticas educativas em todos os tipos de instituições, devem respeitar e acolher as crianças em suas diferenças e deficiências, compreendendo as crianças como cidadãos de direito à proteção e à participação social. Sendo assim, ainda de acordo com as autoras, as experiências culturais devem se combinar a saberes da



experiência, resultado das vivências das crianças, e conhecimentos que integram a natureza, a produção e o patrimônio cultural, em uma perspectiva de formação humana. Desta maneira, “a linguagem e a brincadeira são articuladoras entre saberes e conhecimentos. As instituições e os adultos devem favorecer a brincadeira, entendida como experiência de cultura e forma privilegiada de expressão da criança” (NUNES; KRAMER, 2013, p.35).

Para refletirmos então, sobre a instituição de Educação Infantil, busquemos um pouco de sua história, origem e concepções. De acordo com Kuhlmann Jr. (2015), a escolarização como fato social, se explicaria em relação a outros fatos sociais, pelo seu envolvimento com questões, como: a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, as novas representações sociais da infância entre outros fatores. Por isso as instituições de educação da criança pequena possuem uma relação direta com às questões relacionadas à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, somando-se também a essas questões a história das demais instituições educacionais (KUHLMANN JR. ,2015).

No Brasil uma legislação específica sobre a infância e a educação das crianças pequenas nem sempre existiu, o que segundo Leite filho (2008, citado por LEITE FILHO; NUNES 2013) permite concluir que, por muito tempo não se reconheceu o acesso às instituições de educação destinadas a pré- escola como um direito da mãe ou da criança, mas como um favor prestado a estas.

Segundo Kuhlmann Jr. (2015), as instituições pré- escolares foram difundidas internacionalmente a partir da segunda metade do século XIX, dentro de um conjunto de medidas que integravam uma nova concepção assistencial, a assistência científica, incluindo aspectos como a alimentação e habitação dos trabalhadores e dos pobres. Neste sentido a creche, para as crianças de zero a três anos, apresentou-se para além de um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas, como uma substituição ou oposição a estas, o que permitia que as mães não abandonassem suas crianças (KUHLMANN JR.,2015).

No Brasil até o final do século XX, as formas de atendimento às crianças de zero a seis anos de acordo com Leite Filho e Nunes (2013), embora poucas, desobrigaram o Estado de sua responsabilidade com a educação das crianças na primeira infância. Construiu-se então dessa forma de acordo com os autores, a ideia de que as creches que atendiam aos filhos de operárias e domésticas, crianças menores, que eram mantidas em sua maioria por entidades filantrópicas eram destinadas aos pobres. Enquanto que a pré- escola (jardim de infância), mantida principalmente por iniciativas privadas, era frequentada por crianças maiores, tinham como principal público as crianças filhas da classe média.

Percebe-se então na origem das instituições de atendimento a infância uma divisão: a creche destinada aos pobres e o jardim de infância (pré- escola) aos ricos. Essas novas instituições se sustentaram a partir dos saberes médico, jurídico e religioso, que segundo Kuhlmann Jr. (2015), tais saberes agiram no controle da elaboração da política assistencial das questões da infância. Cada um desses saberes apresentava suas justificativas para a implantação de creches, asilos ou jardins de infância, promovendo dessa maneira a constituição de associações assistenciais privadas.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2015), a década de 1970 é marcada pela influência médico higienista nas questões educacionais, na qual se consolidaram os avanços sobre os conhecimentos relativos às relações entre micro-organismos e doenças, inaugurando assim a era bacteriológica. Os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas e a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar, sendo o principal tema associado à assistência à infância a questão da mortalidade infantil (KUHLMANN JR., 2015).

A influência jurídico-policial se apresenta a partir das preocupações com a legislação trabalhista e criminal, que abordam o tema da infância moralmente abandonada, sobre este aspecto Kuhlmann Jr., relata que:

Os objetivos do Patronato de Menores, estabelecidos nos estatutos de 1909, eram: fundar creches e jardins de infância; proporcionar aos menores pobres recursos para o aproveitamento do ensino público primário; incutir no espírito das famílias pobres os preciosos resultados da instrução; auxiliar os Juízes Órfãos no amparo e proteção aos menores materialmente e moralmente abandonados; promover a proibição das vendas por menores “na escola perniciosa das ruas”; codificar as causas que acarretam a cessação do pátrio poder; evitar a convivência dos menores os sexos, promovendo a extinção da promiscuidade nos xadrezes, criando depósitos com aposentados menores; tratar da reforma das prisões de menores; e esforçar-se para que se realize a fiscalização de todos os asilos e institutos de assistência pública e privada. (KUHLMANN JR. 2015, p.93).

A influência religiosa ocorre por meio da igreja católica como a única instituição capaz de salvar a ordem social e contribuir para o controle das classes trabalhadoras, como descrito no documento do Congresso Catholico diocesano de São Paulo, citado por Kuhlmann Jr. (2015). Dessa forma as instituições religiosas criaram congressos, visando organizar e homogeneizar o clero e os leigos militantes para a implementação de novas políticas assistenciais.

Assim o atendimento a criança de zero a seis anos , foi marcado historicamente por sua ligação a assistência social, a saúde, ao sistema judicial e a igreja, mas nenhum desses setores assumiu de fato a responsabilidade pela educação e os cuidados com a criança, que só passou a ser dever do Estado em 1988, com a Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado a garantia da Educação Infantil, em creches e pré-escolas, as crianças de até

cinco anos de idade, estando esta etapa do ensino prioritariamente sob a responsabilidade dos municípios. Assim o Estado deve garantir a oferta da Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, e sem requisitos de seleção. Em seu Art. 227 a Constituição estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A conquista do direito das crianças à educação, contou com a grande participação dos movimentos, comunitários, de mulheres, dos trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país e principalmente dos profissionais da educação (BRASIL, 2010). Mas com certeza o maior marco da institucionalização da Educação Infantil no Brasil, foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a partir dessa diretriz apresenta-se de forma clara a organização dessa fase do ensino, que perde seu caráter assistencialista e passa a se vincular a educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O documento define a creche como instituição de atendimento às crianças de até três anos idade e a pré-escola como local de acolhimento às crianças de quatro a cinco anos de idade, apresentando ainda as formas de avaliação, carga horária, dias letivos e a formação profissional para a Educação Infantil.

O ECA Estatuto da Criança e do adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990) destaca em seu texto, no Art.16 que trata do direito a liberdade da criança, alguns aspectos tais como: opinião e expressão, crença e culto religioso, brincar, praticar esportes e divertir-se participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação e participar da vida política, na forma da lei. Afirmado ainda no Art. 17, o direito da criança a identidade, autonomia, dos valores, ideias e crenças.

Percebe-se que a criança é reconhecida como sujeito de direitos, voz e expressão pela lei, mas ainda não vemos de fato isso acontecer na prática, na realidade o direito à educação das crianças é negado no Brasil. De acordo com Abramowick (2018), somente 34,4% das crianças brasileiras frequentavam creches em 2015, segundo dados do Observatório da Educação (Obeduc) do Plano Nacional de Educação (PNE), esses números apontam que cerca de 7 milhões de crianças estavam fora da creche. Essas crianças têm classe social e cor definidas:

são crianças de zero à três anos, pobres e negras. A mesma pesquisa relata que 90,5% das crianças estavam matriculadas na pré-escola em 2015 no Brasil.

Ao observarmos os investimentos na Educação Infantil, podemos perceber o quanto essa etapa da educação ainda é desvalorizada, segundo estimativa do percentual do investimento público direto em educação, que é de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), apenas 0,6% foram investidos na Educação Infantil no período do início da República até 2014 ( ABRAMOWICK, 2015). Esse valor com certeza não atende as demandas da Educação Infantil, que no Brasil é marcada pela longa ausência de políticas, seguida de políticas assistencialistas e compensatórias, com a sua ampliação promovida com baixos custos. Para Barbosa, Maia e Roncarati (2013, p.240), “esses ciclos de políticas vão se sobrepondo e deixando suas marcas na história, nas concepções e nas práticas da educação infantil”.

Partindo do mesmo ponto de vista Kuhlmann Jr. (2015) afirma que, as concepções educacionais presentes na construção das instituições de Educação Infantil, eram visivelmente preconceituosas, o que criou a ideia de que em sua origem essas instituições foram pensadas como lugar de guarda, de assistência, e não de educação. Ainda de acordo com o autor a Pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma Pedagogia da submissão, marcada pela arrogância que humilha, e depois oferece atendimento como algo que se dá de boa vontade, como favor. Uma educação de baixa qualidade, com baixos investimentos, que objetiva deixar no mesmo lugar aqueles a que ela se destina, uma educação bem distante dos ideais de cidadania que pregam; a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

A fim de superar as práticas discriminatórias que ainda ocorrem nas instituições de Educação Infantil, Kuhlmann Jr. (2015) propõe pensarmos a definição de parâmetros de qualidade a partir de uma nova interpretação da história dessas instituições, afirmando assim suas políticas e práticas. Destaca-se que nas instituições que atendem crianças sempre ocorrerá algum tipo de educação, seja ela boa, ou ruim, e que a educação das crianças pequenas sempre envolverá seu cuidado, do qual se caracteriza o principal papel da Educação Infantil, o educar e cuidar (KUHLMANN JR., 2015).

Nesse sentido, as políticas e as práticas para as instituições de Educação Infantil passam inevitavelmente pelas representações que a sociedade possui e que foram construídas historicamente sobre as infâncias e as crianças. Desta forma concordo com Barbosa, Maia e Roncarati ao afirmarem:

[...] a criança vista ora como rei, a ser paparicada, soberano, ora vítima, infantilizada, quase sempre num vir a ser, com a necessidade de ser preenchida e completada pelo adulto. De natureza infantil à condição infantil, com um olhar construído pela visão do adulto sobre ela, a infância vem sendo defini-

da, interpretada, estudada, mas muito pouco ouvida. (BARBOSA; MAIA; RONCARATI, 2013, p.240-241).

A partir dessa afirmação, retornemos ao principal objetivo desse trabalho, analisar as contribuições da Sociologia da Infância para a Educação Infantil, sim escutar as crianças é de fundamental importância no processo de construção de novas práticas pedagógicas para a Educação Infantil. Essa corrente de estudos não é obviamente a solução para todos os problemas dessa fase do ensino, mas talvez seja o caminho para o começo de uma reflexão sobre uma nova institucionalização da infância, que supere os modelos médico-higienistas, assistencialistas, e jurídico, para uma concepção voltada pra o desenvolvimento integral da criança como proposto por Nunes (2009 citado por CAMÕES; TOLEDO; RONCARATI, 2013).

Nessa nova institucionalização da infância, poderia-se partir da ideia de Walter Kohan citada na epígrafe deste trabalho, ao propor uma inversão: em vez de pensarmos em escolarizar a infância e a educação infantil, poderíamos infantilizar a escola e a educação das crianças. Se levarmos em conta que existem crianças que têm infância e crianças que não as têm, como lembrado por Demartini (2009), entendendo a não infância, como a falta de experiências de uma vivência que configuraria essa etapa inicial do processo de socialização, o principal papel da instituição de Educação Infantil é promover as infâncias, já que muitas crianças não as possuem (ABRAMOWICZ, 2009). E a melhor forma de permitirmos as crianças de vivenciar as suas infâncias seria com certeza ouvi-las, buscando entendê-las em suas especificidades, em sua cultura e em sua forma de estar e participar na sociedade.

Diante do exposto anteriormente, algumas questões se fazem pertinentes para pensarmos as práticas pedagógicas realizadas com as crianças, tal como as levantadas por Quinteiro (2009): quem são as crianças que frequentam a escola pública hoje? O que pensam a respeito da escola? O que aprendem? Como aprendem? Como veem o mundo em que vivem e a sua condição de ser criança? Diante dessas questões é preciso ouvir o que pensam, sentem e dizem as crianças, o que nos permite também conhecer as culturas infantis. Todo esse processo de dar voz à criança de acordo com Quinteiro (2009), precisa ser validado por meio de interpretações dos referenciais existentes no campo das ciências sociais.

Para Camões, Toledo e Roncarati (2013), podemos aprender com as próprias crianças como organizar e conduzir os espaços e tempos educativos, espaços que acolham suas necessidades e seus interesses motores, emocionais cognitivos e sociais. Esse movimento parte de um afastamento das perspectivas adultocêntricas, para um novo olhar e uma nova reflexão da instituição que acolhe a infância, sobretudo é necessário compreender a dimensão histórica,

social e cultural da infância, compreendendo assim a educação como processo (CAMÕES; TOLEDO; RONCARATI, 2013).

Ainda sobre as contribuições da sociologia da infância para a elaboração de novas práticas pedagógicas e de políticas públicas para a Educação Infantil, Finco e Oliveira (2011), relatam sobre a necessidade de compreender as crianças em suas diversidades e como sujeitos sociais que devem ser respeitados e ouvidos, mesmo quando ainda não falam. Ressalta-se também a importância das relações e das trocas de saberes e experiências estabelecidas entre adultos e crianças, considerando sempre as diversidades, os contextos, desejos e sonhos que permeiam essas relações. As crianças participam da construção da sociedade contemporânea, com suas culturas infantis e trocas de experiências com o mundo adulto. Observá-las e estudá-las, em seu contexto familiar, escolar e nos espaços onde estão presentes, nos ajuda a compreender os modos de construção da infância na contemporaneidade e, por conseguinte leva nos a uma reflexão de práticas pedagógicas mais significativas, justificadas nos estudos da infância.

Para Arroyo (2009), uma das principais contribuições dos estudos sobre a infância, é exatamente trazer a infância de volta para o foco da pedagogia. “A pedagogia retoma seu olhar sobre a infância na medida em que está sendo interrogada pelas ciências humanas e ambas estão sendo interrogadas pela própria infância. Nesse diálogo, outro pensar e fazer educativos são possíveis.” (ARROYO, 2009, P.121). São possíveis, pois, nesse processo os educandos são vistos a partir de seus contextos sociais e culturais, são considerados como sujeitos que contribuem para a construção da sociedade e essa contribuição deve refletir-se em diversos contextos e principalmente na educação.

Cabe aqui a reflexão de Arroyo (2009), de que as crianças não foram e ainda não são sujeitos da produção de seus lugares, de suas imagens e de suas verdades, mas antes, são um produto de processos de administração simbólica criado por outros, na maioria das vezes adultos. Essas verdades sociais e históricas que foram construídas sobre as crianças, se refletem na formação e nas práticas dos (as) professores (as) de crianças.

Para refletirmos sobre a imagem que alguns profissionais que atuam na Educação Infantil possuem das crianças, apresentarei a pesquisa feita por Andrade (2010), feita a partir da fundamentação metodológica da teoria das representações sociais. Nessa pesquisa realizada em creches, foi pedido as entrevistadas, profissionais que trabalham com a educação e os cuidados com crianças, que escrevessem palavras que representassem a definição de criança. As palavras *afeto, ternura e amor*, foram os principais termos utilizados pelas profissionais, para se referirem as crianças. Em seguida palavras como: *encantadora, inocente, ingênua e pureza* também foram citadas. Para Andrade (2010), tanto o primeiro, quanto o segundo grupo de

palavras citadas, referem-se a uma visão romântica da criança tida pelas profissionais que trabalham na Educação Infantil, reafirmada por suas falas, de que as crianças são seres inofensivos, puras e que precisam de muitos cuidados e atenção. Ainda de acordo com a mesma pesquisa as palavras *social* e *histórica* foram citadas por apenas três entrevistadas, ao passo que, *competente* e *produtora de cultura* foram termos citados por uma única entrevistada.

Esse pequeno recorte da pesquisa com profissionais da Educação Infantil sobre as representações sociais das crianças, nos mostra que ainda há uma concepção da criança como sujeito frágil, dependente do adulto, não compreendida em sua totalidade como sujeito histórico que contribui ativamente na construção da sociedade.

Percebe-se dessa forma, que a infância e a criança estiveram e ainda estão atreladas a uma ausência, uma incompletude, a um vir a ser. Precisamos mudar essa concepção da criança e das infâncias, entendo como dito por Kohan que,

Existem também outras infâncias, que habitam outras temporalidades, outras linhas, infâncias minoritárias. Infâncias afirmadas como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação. [...] infâncias que se tornam possíveis nos espaços em que não se fixa o que alguém pode ou deve ser, em que não se antecipa a experiência do outro. Espaços propícios para essas infâncias são aqueles em que não há lugar para os estigmas, os rótulos, os pontos fixos. (KOHAN, 2004, n.p).

E com certeza, seria desejável que a escola fosse um espaço de entendimento da criança, um espaço de acolhida, onde se pudesse vivenciar de fato as infâncias. Ainda de acordo com Kohan (2004), educar a infância é a melhor e mais sólida maneira de provocar mudanças e transformações sociais, e há uma grande potência nas infâncias e nas crianças que precisa ser aproveitada e colocada em prática na Educação Infantil. Novas experiências pedagógicas na Educação Infantil são possíveis e necessárias, comecemos a buscar novos caminhos nos estudos da infância.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica, diferenciando-se essa da simples revisão de literatura. Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, com foco em um objeto de estudo, não sendo, portanto, algo aleatório.

A partir da escolha do tema “contribuições da Sociologia da Infância para Educação Infantil” foram realizadas pesquisas no banco de dados da Scielo e Capes, sobre as publica-

ções relacionadas à temática a partir dos descritores: crianças, infâncias, Sociologia da Infância, culturas infantis e práticas pedagógicas na Educação Infantil. Em sequência foram feitas leituras exploratórias dos textos, selecionando-se assim, aqueles que mais se relacionavam com as questões do trabalho. Também foram utilizadas como fontes de pesquisa, livros de grandes autores do tema na atualidade, como os do sociólogo Willian Corsaro, Manuel Jacinto Sarmiento, dentre outros. Por fim, houve a seleção do material que foi submetido à leitura e fichamento, compondo assim o texto deste trabalho de conclusão de curso.

Os resultados da pesquisa foram apresentados de forma qualitativa, sobre este método de pesquisa Minayo afirma que:

A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. (MINAYO, 2001, p.15).

Assim a pesquisa qualitativa para Lima e Miotto (2007), assume aspectos históricos, pois está localizada no tempo e está sujeita a transformações. Possui também consciência histórica, uma vez que, para além do olhar do pesquisador, existem experiências vivenciadas em sociedade que conferem significados e intencionalidades às ações e construções teóricas. Apresenta uma identidade com o sujeito da pesquisa, já que ao investigar as relações humanas, o pesquisador acaba se identificando com este sujeito. E para Minayo (1994, citada por LIMA; MIOTTO, 2007), a pesquisa qualitativa é intrínseca e extrinsecamente ideológica, pois se associa a interesses e visões de mundo historicamente construídas, e se submete assim, a fatores estabelecidos pelos esquemas de dominação vigentes.

Portanto, a pesquisa qualitativa não se preocupa em apresentar números sobre seus resultados, mas antes, procura aprofundar o conhecimento sobre um determinado grupo social e sua organização em suas diferentes dimensões, trazendo assim novas informações sobre o objeto de estudo.

Desta forma então, se construiu a elaboração desta pesquisa tentando traçar os caminhos do sujeito criança através dos tempos, até chegar à contemporaneidade.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o termino da pesquisa pode-se perceber que, para além da Educação Infantil, a Sociologia da Infância pode trazer contribuições na melhoria da condição de vida das crianças



de uma forma mais ampla, uma vez que, na contemporaneidade as infâncias são perpassadas por diversas questões como: raça, classe social, relações entre gerações, gênero, mídia, trabalho infantil, violência dentre outros. As diferentes abordagens da Sociologia da Infância se ocupam de diversos aspectos da infância, a abordagem estruturalista realiza estudos sobre as imagens históricas da infância, as políticas públicas, a demografia, a economia, as desigualdades geracionais, as desigualdades de gênero e os direitos e a cidadania. A abordagem interpretativa dá destaque às questões como, a desconstrução do imaginário social da infância, a ação social da infância, as crianças, as mídias e as TICs, o jogo, a cultura lúdica e o lazer. A abordagem dos estudos de intervenção aponta suas ações para a dominação cultural, a dominação patriarcal e de gênero, os maus-tratos à infância, as políticas para a infância, a infância e os movimentos sociais. Assim sendo, a Sociologia da Infância contribui de forma efetiva para a compreensão da criança e das infâncias e sua forma de existir na sociedade.

Evidenciou-se também, que as crianças podem nos mostrar a partir de suas experiências como construir uma educação que realmente as compreenda e na qual de fato elas possam vivenciar as infâncias. Ao observar as crianças em suas rotinas e ao ouvi-las podemos descobrir muitos indícios que nos ajudem a construir práticas pedagógicas que se alinhem a realidade destes sujeitos, tornando o processo educativo mais significativo para professores/as e educandos.

Apresenta-se também a questão de que o principal papel da Educação Infantil é permitir que as crianças vivenciem as infâncias, uma vez que, fora do espaço escolar à muitas crianças não é permitido brincar e ter um espaço de trocas e convivência com seus pares.

Aponta-se por fim, que as representações construídas historicamente sobre a infância influenciam nas práticas pedagógicas realizadas nas instituições de ensino. A imagem da criança como ser ingênuo, puro, incapaz, e que necessita de muitos cuidados ainda está presente na concepção de muitos/as educadores/as, desta forma, suas práticas ficam limitadas, uma vez que, não se compreende toda a potencialidade das crianças e das infâncias. Ressalta-se assim, a importância da compreensão da criança como sujeito histórico e dos estudos das crianças e das infâncias na atualidade, sobretudo aqueles que apontam a criança como ator social e membro ativo na construção da sociedade, no qual a Sociologia da Infância se situa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise sobre como a Sociologia da Infância uma área nova de estudos sobre as crianças e a sua forma de vivenciar as

experiências relacionadas a esta etapa da vida, pode contribuir para novas práticas pedagógicas na Educação Infantil. Ao apresentar-se como principal papel da Sociologia da Infância a compreensão da sociedade a partir do fenômeno social da infância, pôde-se verificar a evolução das representações da criança ao longo do tempo. A criança deixa de ser um objeto passivo, como pregava as teorias da socialização, em que essa, simplesmente se adapta e internaliza a cultura da sociedade em que vive, para uma nova perspectiva, de sujeito que produz uma cultura própria, as culturas infantis, que interage com a cultura adulta e assim participa ativamente na construção e na transformação da sociedade.

As políticas públicas e as práticas pedagógicas destinadas às instituições de Educação Infantil passam inevitavelmente pelas representações que a sociedade possui, e que foram construídas historicamente sobre as infâncias e as crianças. E com certeza, essa nova visão da criança apresentada a partir dos estudos da infância, influenciará em uma nova concepção da educação de crianças. As pesquisas realizadas pela Sociologia da Infância podem nos ensinar muito sobre as experiências vividas e compartilhadas pelas crianças, e suas lutas nas relações de poder com os adultos.

A compreensão da educação, e especificamente da Educação Infantil, como um processo histórico, feito por sujeitos diversos, entendendo também que, estes sujeitos devem participar do processo de construção de sua própria educação, são importantes fatores que devem ser considerados ao pensarmos novas experiências pedagógicas para a Educação Infantil.

Dada a importância do tema abordado e por ser tratar, como já dito anteriormente, de um campo de estudos ainda em consolidação, afirma-se que esse trabalho constitui-se em apenas um recorte, sobre a Sociologia da infância e suas contribuições na educação das crianças. Já que, a infância na contemporaneidade é perpassada por vários fatores tais como: etnia, relação entre gerações, raça, classe social, gênero, mídia, consumo, violência, trabalho infantil, entre outros fatores. Acredita-se dessa forma que, para além de dar voz às crianças é preciso direcionar ações para que essas falas se materializem, em leis, em políticas públicas e em melhorias na educação e na condição de ser criança. Assim, novos estudos se fazem necessários na tarefa de permitir às crianças a garantia de seus direitos e da ocupação de seu lugar na sociedade, sobretudo estudos que abordem as questões de raça, gênero e classe social das crianças.

Por fim, apresento a partir de minhas experiências e observações no período de estágio, as aprendizagens obtidas com as crianças.

Aprendi que elas sabem opinar sobre todos os assuntos, e que têm muito a nos dizer. Que reproduzem preconceitos e que refletem a sociedade na qual estão inseridas. Que elas

comem muita bolacha recheada e salgadinhos no recreio. Que brincam escondido da professora. Que seus dedos doem ao colorir. Que não conseguem ficar paradas, pois seu corpo está em desenvolvimento e para que isso aconteça de forma plena, precisam movimentá-lo a todo o tempo. Que elas falam muito e que sempre têm muitas histórias para contar. Que seus materiais escolares são de princesas e super-heróis. Que elas adoram ir ao banheiro, tomar água e apontar seus lápis. Que elas se relacionam e criam uma cultura que é só delas, por meio das brincadeiras descobrem o mundo, e o transformam a sua maneira. E o mais importante, que não importa o que elas irão ser quando crescer e sim o que elas são agora, *crianças*.

E embora o tempo das crianças seja o presente, as infâncias e as crianças têm pressa, pois se desenvolvem cada dia mais em um ritmo frenético. Entender esse processo nos ajudará a conduzi-las na forma de educá-las e na construção de uma sociedade mais igualitária, na qual se ofereça as crianças a possibilidade de vivenciar o tempo das infâncias, de falar sobre seus sentimentos, e suas opiniões, uma vez que, por um longo período de tempo, elas foram tidas como sujeitos sem voz.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICK, A.; LEVCOVITZ, D.; RODRIGUES, T.C. **Infâncias em Educação Infantil**. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 179-197, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n3/v20n3a12.pdf>>. Acesso em: 03 mar.2019.
- ABRAMOWICZ, A.; MORUZZI, A. **O plural da infância**: aportes da sociologia. São Carlos: EdUFSCar, 2010.118p - (coleção UAB UFSCar).
- ANDRADE, L.B.P. Tecendo os fios da infância. In: Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- ARROYO, M.G. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M.C.S.de. (orgs.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. 2.ed.Petropolis,RJ: Vozes,2009.( Coleção Ciências Sociais da Educação).p.119-140.
- BARBOSA, S.N; MAIA, M. N; RONCARATI, M. “Ela aproveita para andar aqui”: as crianças e as instituições de educação infantil. In: KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M.C. (orgs.). **Educação infantil**: Formação e responsabilidade.1ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.p.227-242.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA. Brasília, DF. Disponível em:< <http://www.febem.sp.gov.br/files/pdf/eca.pdf>>.Acesso em:18 ago.2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 dez.1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.36 p.: il. ISBN: 978-85-7783-048-0. 1.
- CAMÕES, M. C.; TOLEDO, L. P.de.; RONCARATI, M. Infâncias, tempo e espaços: tecendo ideias. In: KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M.C. (orgs.). **Educação infantil**: Formação e responsabilidade.1ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.p.259-278.
- CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, M.D. (orgs.). **História das crianças no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORSARO, W.A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DEMARTINI, Z.de B. F. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, A. L. G.de; DEMARTINI, Z. de B.F.; PRADO, P. D. (orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção educação contemporânea). p.1-18.
- FARIA, A. L. G.de; DEMARTINI, Z. de B.F.; PRADO, P. D. (orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção educação contemporânea).

FARIA, A.L.G.de.; FINCO, D. (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 102).

FERNANDES, F. **As trocinhas do Bom Retiro**. Pro-Posições. v.15.n 1(43) - jan/abr .2004. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643855/11332>>. Acesso em: 12 fev.2019.

FINCO, D.; OLIVEIRA, F. de. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação Infantil. In: FARIA, A.L.G.de.; FINCO, D. (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 102). p.55-80.

KOHAN, W. O. **Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004. Disponível em: <[http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_walter\\_kohan.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_walter_kohan.pdf)>. Acesso em: 28 abr.2019.

KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M.C. (orgs.). **Educação infantil: Formação e responsabilidade**. 1ªed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

KUHLMANN JR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.192p.

LEITE FILHO, A.G.; NUNES, M. F. Direitos da criança à educação infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M.C. (orgs.). **Educação infantil: Formação e responsabilidade**.1ªed. Campinas, SP: Papirus, 2013.p.67-88.

LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M.C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.p.19-52.

LIMA, T.C. S.de.; MIOTO, R. C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. katálysis, 2007, vol.10, n.spe, p.37-45. ISSN 1414-4980. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004)>. Acesso em: 06 set.2018.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil.1726-1950 . In: FREITAS, M.C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.p.53-80.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, M. F.; KRAMER, S. (orgs.). Educação infantil e expansão da escolaridade obrigatória: questões para a política, a formação e a pesquisa. In: KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M.C. (ORGS.). **Educação infantil: Formação e responsabilidade**.1ªed. Campinas, SP: Papirus, 2013.p.31-48.

OLIVEIRA, F.L de. Metodologia de pesquisa na Sociologia da Infância. In: ABRAMOWICK, A.; HENRIQUES, A, C (orgs.). **Educação infantil: a luta pela infância**. Campinas, SP: Papirus, 2018.p.261-284.

PRIORE, M.D. (orgs.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil. In: FARIA, A. L. G.de; DEMARTINI, Z. de B.F.; PRADO, P. D. (orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção educação contemporânea).p.19-48.

QVORTRUP, J. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a14v36n2.pdf>>. Acesso em: 23 jun.2018.

RAMOS, P. F. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M.D. (orgs.). **História das crianças no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2004.p. 19-54.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.3. ed. São Paulo: Cortez,2011.

RODRIGUES, T.C; ABRAMOWICZ, A. **O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a02.pdf>>. Acesso em:15 fev.2019.

SARMENTO, M.; GOUVEA, M.C.S.de. (orgs.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais.2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2009.( Coleção Ciências Sociais da Educação).

SARMENTO, M.J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M; GOUVEA, M.C.S.de. (orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Ciências Sociais da Educação).p.17-39.

SARMENTO, M.J. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, R.T; GARANHANI, M.C. **Sociologia da infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnati, 2013. p. 13-46.Disponível em:< <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/36756/1/Sociologia%20da%20Inf%C3%A2ncia%20e%20Sociedade%20contempor%C3%A2nea.pdf>>.Acesso em:19 jul.2018.

VASCONCELOS, V.M.R.de. Infância e Psicologia: Marcos teórico da compreensão do desenvolvimento da criança pequena. In: SARMENTO, M; GOUVEA, M.C.S.de. (orgs.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Ciências Sociais da Educação). p.62-81.